



**Processo n.º 3.073/13**

**Origem:** Tribunal de Contas do Distrito Federal.

**Assunto:** Averbação de tempo de serviço.

**Ementa:** Requerimento apresentado por Elwys Presley dos Reis, matrícula n.º 1.414-6, Auditor de Controle Externo, Classe "A", Padrão 46. Averbação de tempo de contribuição. Seleg, Segep e Segedam pelo deferimento. Consultoria Jurídica da Presidência pelo deferimento parcial.

### **DESPACHO DA PRESIDÊNCIA**

Trata-se de requerimento apresentado por Elwys Presley dos Reis, nos termos mencionados na ementa.

A propósito, o nobre titular da Secretaria de Gestão de Pessoas faz os seguintes registros:

*"04. O Serviço de Legislação de Pessoal, a analisar o assunto (fls. 76/81), esclarece, preliminarmente, que o interessado apresentou certidão expedida pelo INSS para computar o tempo prestado à Secretaria de Educação do Distrito Federal, concluindo que a função de Professor ali descrita não se deu em cargo efetivo, razão pela qual o referido tempo não poderá ser contado para todos os efeitos.*

*05. Ressalta o SELEG que, na legislação anterior (Lei n.º 8.112/90), a concessão de ATS alcançava todos os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo ou somente de cargo em comissão, nos moldes do art. 67 da citada norma, que determinava que o cálculo do adicional em pauta dar-se-ia sobre o vencimento do cargo público ocupado.*

*06. Contudo, atualmente, com base no disposto na Lei Complementar nº 840/11, o cálculo do ATS incide sobre o **vencimento básico do cargo de provimento efetivo.***

*07. Dessa forma, não há como acolher o pedido do servidor para reconhecer o tempo de serviço prestado à SEDF para fins de ATS, com base em certidão expedida pelo INSS. Caso o mesmo venha a apresentar certidão expedida pela Secretaria de Educação do DF, com a devida homologação do IPREV, o pleito em questão poderá ser atendido.*

*08. Com essas considerações, o SELEG conclui que o tempo verificado na certidão de fls. 71/73 poderá ser averbado para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos arts. 166, inciso II e 167, ambos da LC nº 840/11 c/c com o art. 101 da LC n.º 769/08 e*



art. 4º da EC n.º 20/98, todos transcritos às fls. 77/78.

09. No que pertine à solicitação do servidor para que o tempo prestado à SEDF (certidão do INSS) seja computado, também, para fins de licença-prêmio por assiduidade, o SELEG utiliza o mesmo argumento exposto nos parágrafos anteriores para fundamentar a impossibilidade de tal procedimento.

10. Outrossim, o titular do Serviço de Legislação de Pessoal traz à colação discussão sobre a possibilidade de se computar o período que o interessado prestou ao GDF/SEDF, no cargo efetivo de Professor e já averbado neste Tribunal para fins de aposentadoria, disponibilidade e adicional por tempo de serviço (fl.31), para efeito de licença-prêmio por assiduidade.

11. Relembra o SELEG que para obter a licença-prêmio por assiduidade, o servidor deverá prestar tempo de serviço público pelo período ininterrupto de cinco anos. O dispositivo que regulamenta a matéria, ora em vigor, (arts. 139 a 143, da LC nº 840/11) não difere conceitualmente daquele previsto na Lei n.º 8.112/90, arts. 87 a 89 (aplicável aos servidores desta Corte até a vigência do novel estatuto), conforme podemos constatar no quadro comparativo de fls. 78/79.

12. Assim, o tempo serviço público para efeito de licença-prêmio deve ser ininterrupto, mesmo que o quinquênio venha a ser composto de períodos prestados a mais de um órgão. Nesse caso, a própria lei define o que vem a ser **interrupção**, que não se confunde com **suspensão**, de acordo com o disposto no art. 280, incisos II e III, da LC nº 840/11, transcritos à fl. 80.

13. A **interrupção extingue a contagem do prazo** já realizada e reinicia nova contagem a contar da data em que o prazo foi interrompido. Já a **suspensão paralisa a contagem do prazo**, devendo a mesma ser reiniciada de onde parou, na data em que cessar a causa suspensiva.

14. No caso da licença-prêmio por assiduidade, a norma especifica em quais hipóteses a contagem do prazo será interrompida, ou seja, se o servidor sofrer pena disciplinar de suspensão ou licenciar-se ou afastar-se do cargo sem remuneração.

15. No caso em apreço o interessado não incorreu em quaisquer das causas de interrupção da contagem para fins de licença-prêmio e sim, prestou serviço público a órgão público federal (CGU), órgão público distrital (SEDF), novamente à CGU e finalmente ingressou no TCDF, de acordo com os períodos a seguir mencionados:

CGU.....30.12.94 a 22.02.00 (1.881 dias)

SEDF.....23.02.00 a 04.03.02 ( 741dias)

CGU.....05.03.02 a 09.08.12 (3.811 dias)

TCDF.....10.08.12 até a presente data

16. Dessa forma, o **tempo de serviço público prestado pelo servidor foi ininterrupto**, devendo-se, pois, excluir o tempo



prestado à área federal, porque computável apenas para aposentadoria e disponibilidade. No entanto, o tempo distrital (741 dias prestados à SEDF), poderá ser contado para licença-prêmio, suspendendo-se a contagem quando o mesmo reingressou na CGU e retomando-se a contagem quando do ingresso do interessado neste TCDF.

17. Como bem ressaltou o SELEG, procedimento idêntico ao ora proposto foi utilizado no Processo n.º 6.258/07, onde o Conselheiro-Relator dos autos entendeu que o exercício ininterrupto de serviço público caracterizou a assiduidade do servidor que, não tendo incorrido em quaisquer das causas de interrupção da contagem, teve a mesma suspensão e reiniciada com o ingresso nesta Corte.

18. Finalmente, tendo em vista que o assunto em exame ressurgiu ao abrigo de novo regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, LC nº 840/11, sugere o SELEG que a Administração delibere novamente sobre a questão, mesmo considerando inexistir diferença conceitual de licença-prêmio prevista na Lei n.º 8.112/80 e o novo estatuto.

Pelo exposto, manifestando-me de acordo com as informações prestadas pelos Serviços de Cadastro Funcional e Legislação de Pessoal e, ainda, considerando o posicionamento deste Tribunal no Processo n.º 6.258/07, submeto os autos à superior consideração de Vossa Senhoria, **opinando:**

a) pela averbação de 1.166 dias de tempo de serviço/contribuição, prestados pelo servidor **ELWYS PRESLEY DOS REIS**, Auditor de Controle Externo, Classe A, Padrão 46, matrícula n.º 1414-6, sendo **660** dias prestados à empresa **Printerworks Comércio e Serviços Ltda**, no período de **1º.06.91 a 21.03.93** e 506 dias, prestados à **Secretaria de Educação do Distrito Federal**, nos períodos de **22.03.93 a 1º.12.93; 14.04.94 a 03.06.94; e 06.06.94 a 22.12.94**, para fins de aposentadoria e disponibilidade, com fulcro nos arts. 166, inciso II e 167, ambos da Lei Complementar n.º 840/11 c/c os arts. 101 da Lei Complementar n.º 769/08 e 4º da EC n.º 20/98;

b) pela autorização para a averbação do tempo de serviço prestado pelo interessado à Secretaria de Educação do Distrito Federal, no cargo efetivo de Professor, no período de 23.02.00 a 04.03.02, totalizando 741 dias, para fins de licença-prêmio por assiduidade, nos moldes do art. 163 da Lei Complementar n.º 840/11, haja vista que não houve interrupção do tempo de serviço público, consoante entendimento esposado no Processo n.º 6258/07, ressaltando que o referido tempo já se encontra averbado neste Tribunal para fins de aposentadoria, disponibilidade e adicional por tempo de serviço, conforme despacho visto à fl. 31; e

c) pela oitiva da douta Consultoria Jurídica da Presidência, s.m.j, a fim de manifestar-se sobre o assunto em pauta.”

O ilustre Secretário-Geral de Administração Substituto alinha-se ao posicionamento da Segep.

A douta Consultoria Jurídica da Presidência diverge em parte das



conclusões alcançadas nas manifestações supra:

*“Quanto ao mérito, lamentando dissentir das unidades técnicas, entendemos que no presente caso não houve suspensão do prazo, e sim a interrupção da contagem de prazo de efetivo exercício.*

*Explico.*

*Para o efeito de licença-prêmio, entende-se que deve ser ininterrupto o tempo de serviço público prestado, mesmo que o quinquênio venha a ser composto de períodos prestados a mais de um órgão. Nesse caso, a própria lei define o que vem a ser suspensão, que não se confunde com interrupção, de acordo com o disposto no art. 280, incisos II e III, da LC n.º 840/11, constantes à fl. 80.*

*A interrupção (art. 280, inciso II) extingue a contagem do prazo já realizada e reinicia nova contagem a contar da data em que o prazo foi interrompido. Já a suspensão (art. 280, inciso III) paralisa a contagem do prazo, devendo a mesma ser reiniciada de onde parou, na data em que cessar a causa suspensiva.*

*No caso da licença-prêmio por assiduidade, a norma especifica em quais hipóteses a contagem do prazo será interrompida, ou seja, se o servidor sofrer pena disciplinar de suspensão ou licenciar-se ou afastar-se do cargo sem remuneração.*

*No caso em apreço, apesar do interessado não ter incorrido em quaisquer das causas de interrupção da contagem para fins de licença-prêmio, haja vista que prestou serviço público a órgão público federal **CGU**, órgão público distrital **SEDF**, novamente à **CGU** e finalmente ingressou no TCDF, de acordo com os períodos mencionados, entendemos, s.m.j., que houve a ruptura do vínculo funcional com o Distrito Federal, o que nos faz concluir pela impossibilidade de contar o tempo de serviço interrompido, averbado, para deferimento de licença-prêmio, por imposição legal de que a prestação seja efetivada de maneira ininterrupta (artigo 139 da Lei Complementar n.º 840/11).*

*A nosso sentir, com a devida vênia, ao ingressar na Controladoria-Geral da União, interrompeu-se a contagem de tempo prestado ao Distrito Federal, haja vista tratar-se de esferas de governo diversas (Distrital e Federal) e com diversidade também conceitual da licença ora pleiteada.*

*Enquanto o Estatuto dos Servidores Públicos do Distrito Federal traz em seu bojo a concessão da Licença Prêmio por Assiduidade (Lei Complementar n.º 840/2011), o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, a Lei n.º 8.112/90, extinguiu a Licença-Prêmio por Assiduidade em face da nova redação dada ao seu artigo 87, pela Lei n.º 9.527, de 10/12/97, a partir de 16/10/96, assegurando, a concessão da licença relativamente aos quinquênios já completados até **15/10/96**, para efeito de gozo, ou conversão em pecúnia no caso específico de falecimento do servidor, não perdurando então, o direito do usufruto de 3 meses para Licença-Prêmio por Assiduidade e sim para **Licença para Capacitação**, ao servidor que não*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**  
**ASSESSORIA ADMINISTRATIVA**

*completou quinquênio (5 anos) de efetivo exercício até a data de 15/10/96.*

*A respeito da teleologia do artigo 87 da Lei n.º 8.112/1990, assim se manifestou o Tribunal de Contas da União, nos autos do Processo n.º TC-000.013/2004-1.*

*Destarte, ante todo o exposto, lamentando dissentir das i. unidades técnicas, esta Consultoria, restrita aos aspectos jurídicos formais, opina:*

*a) por que seja averbado os 1.166 dias de tempo de serviço/contribuição, prestados pelo servidor Elwys Presley dos Reis, Auditor de Controle Externo, Classe A, Padrão 46, matrícula nº 1414-6, sendo 660 dias prestados à empresa Printerworks Comércio e Serviços Ltda, no período de 1º.06.91 a 21.03.93 e 506 dias, prestados à Secretaria de Educação do Distrito Federal, nos períodos de 22.03.93 a 1º.12.93; 14.04.94 a 03.06.94; e 06.06.94 a 22.12.94, para fins de aposentadoria e disponibilidade, com fulcro nos arts. 166, inciso II e 167, ambos da Lei Complementar n.º 840/11 c/c os arts. 101 da Lei Complementar n.º 769/08 e 4º da EC n.º 20/98;*

*b) e pelo indeferimento da averbação do tempo de serviço prestado pelo interessado à Secretaria de Educação do Distrito Federal, no cargo efetivo de Professor, no período de 23.02.00 a 04.03.02, totalizando 741 dias, para fins de licença-prêmio por assiduidade, haja vista que, a nosso sentir, houve **interrupção** do tempo de serviço público prestado, ressaltando que o referido tempo já se encontra averbado neste Tribunal para fins de aposentadoria, disponibilidade e adicional por tempo de serviço, conforme despacho visto à fl. 31."*

Endosso os bem lançados termos do parecer da CJP.

Ao ser exonerado, em 5 de março de 2002, do cargo de Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, o servidor deixou de se submeter ao regime jurídico dos servidores públicos distritais, tendo havido, de fato, a ruptura do vínculo funcional com o Distrito Federal.

A prevalecer a tese defendida pela zelosa unidade administrativa, será impossível superar este paradoxo: O servidor licenciado para tratar de interesses particulares, **sem quebra de vínculo**, tem a contagem do prazo para aquisição de licença-prêmio por assiduidade **interrompida**, ao passo que o servidor exonerado, **com quebra de vínculo**, tem a contagem desse prazo **apenas suspensa**, bastando, para tanto, que contraia ou mantenha vínculo funcional com a União.

Em reforço, poder-se-ia mencionar a diversidade conceitual da licença-prêmio por assiduidade em relação à licença para capacitação. A licença-prêmio por assiduidade é **livre**, mostrando-se compatível, ainda, com os seguintes institutos: **acumulação** e **conversão em pecúnia** dos períodos adquiridos e não gozados. Já a licença para capacitação, cujos períodos não podem ser acumulados nem convertidos em pecúnia, é, como o próprio nome diz, para o servidor participar



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**  
**ASSESSORIA ADMINISTRATIVA**

Fl.: 103

Proc.3.073/13

Rubrica

de cursos de capacitação profissional, no interesse da Administração.

Nessas condições, acolho a manifestação da CJP, determinando, ainda, a adoção das medidas previstas à fl. 96.

À Secretaria-Geral de Administração, para as providências pertinentes.

Brasília, 15 de outubro de 2014.

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Presidente

**DIGITALIZADO**